

Ass Constituinte

# Comparato não foi convidado para a Comissão, diz Lyra

Janio de Freitas

## Delfim no Planalto

Mais do que redimido das acusações que lhe fizeram os integrantes da Aliança Democrática, por tanto tempo, o professor Delfim Netto está consagrado pelo presidente Sarney e sua assessoria palaciana: os princípios e os métodos delfinianos voltaram a reinar no Planalto. Como já provam os números das finanças federais, com resultados que em nada demerecem o mestre inflacionário.

A preferência que Sarney vem manifestar pelo retorno à contenção de salários, mas não das tarifas e dos preços essenciais como método de superação da inflação, só não é um aval à política praticada por Delfim Netto porque este aval já foi dado pelo Presidente, durante todos os meses em que tal política foi imposta ao País. Hoje é irrelevante que seu inspirador seja o ministro de fato da Economia, Luís Paulo Rosenberg, com o apoio muito vivo do ministro psicomedista João Sayad.

Diante do saudosismo que leva o Presidente de volta ao passado, seria possível brandir a frase por ele tantas vezes repetida nestes cinco meses, com mínimas variações formais: "Nada se fará com o sacrifício do trabalhador. (...) Nada se fará com a fome do povo". Até porque esta frase encampada pelo presidente Sarney conduz a seu criador, Tancredo Neves, é melhor não insistir nela — certos autores já não proporcionam citações bem-vindas no Planalto.

Recorde-se, então, a magnitude do resultado obtido por Delfim Netto, com a concepção hoje adotada pela Presidência. Em cinco anos e seis meses como condutor absoluto da economia, o mestre dos planaltinos bateu seis recordes sucessivos da inflação e do custo-de-vida. Tradu-

zindo-se este desempenho olímpico para o plano político, a ele deve-se o fracasso do general Figueiredo no encaminhamento da própria sucessão, pela inevitável ruptura de suas bases partidárias a partir do repúdio à política econômica. E se agradece a repulsa, pelas próprias bases militares, do regime comprometido com o escândalo inflacionário.

A concretude da aritmética talvez expresse melhor o resultado da concepção de Delfim, que atribuiu aos salários caráter inflacionário e ao arrocho a propriedade de remédio: a inflação delfiniana foi de 17.887%.

Ao que narra o deputado Pimenta da Veiga, o Presidente teria afirmado antontem, na reunião do mal denominado Conselho Político, que a atual disparada inflacionária "já estava prevista pelo governo". Ou o deputado ouviu mal, ou reproduziu errado a frase de Sarney, ou o Presidente não se considera parte do governo. Até a recentíssima aceitação de que o índice inflacionário iria estourar os 10%, ou os famigerados dois dígitos, dominava absoluta no Planalto a tese contrária de Rosenberg e Sayad. E aí estão as garantias mais otimistas do Presidente, dadas mês passado, no tape do senta-levanta, olha o relógio, senta-levanta, tira o relógio.

As verdadeiras lições deixadas por Delfim podem continuar fugindo à percepção do Planalto. Mas cá fora já não será possível fugir à percepção da distância que vai entre palavras e atos. Sobretudo quando entre os dois se agiganta a falta de firmeza para decidir. Por uma política econômica nítida, coerente, corajosa. A política econômica prometida — e necessária. Quando isso falta, Delfim é a solução, hoje como foi ontem.

Da Sucursal de Brasília  
e da Redação de Folha

"Acho ótimo, abre uma vaga". Este foi o comentário do ministro da Justiça, Fernando Lyra, 47, ao ser informado que o jurista Fábio Konder Comparato não aceitou a indicação para integrar a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Segundo Lyra, o jurista nunca foi de fato convidado formalmente e seu nome foi "falado" por Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB, e pelo arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns.

Sem esconder uma certa contrariedade, no entanto, Lyra lembrou: "Esse cidadão teve seu nome divulgado desde a primeira lista publicada na imprensa e nunca disse que não queria. Acho ótimo — acrescentou —, abre uma vaga".

O ministro não quis discutir as críticas de que a Comissão é composta por ser predominantemente composta de juristas. Afirmando que "ela não é a Assembleia Nacional Constituinte. Essa poderá ter seus trabalhos para cada empresário", o ministro reagiu à observação do economista Walter Barilli, do Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), também convidado a integrar a Comissão, que reclamou da presença de apenas um sindicalista — José Francisco da Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) — para quatro empresários.

## Plenário fará ato público pela participação na ANC

Do Reportagem Local

O Plenário Pró-Participação Popular na Constituição promove hoje, a partir das 19h, na tribuna livre do largo São Francisco, centro de São Paulo, o ato público "em defesa da participação popular na Constituinte". A manifestação, declarada ontem Fernando Haddad, 22, presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, uma das 130 entidades que integra o Plenário, é "em favor da imediata convocação

O jurista Fábio Konder Comparato encaminhou hoje carta ao presidente José Sarney recusando o convite para integrar a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada por decreto do Presidente para elaborar um anteprojeto da nova Constituição. Em entrevista antontem à Folha, o jurista disse que não desejava participar da Comissão por ser ela uma complementação do projeto do governo que atribua poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 86, o que considera "arbitrário e ilegítimo".

Na carta, Comparato justifica sua decisão baseado nessa sua posição e por não concordar com o funcionamento da Comissão: "Percebo, ademais, que o funcionamento da Comissão não tende nem ao necessário objetivo de ampla consulta à população brasileira sobre as exigências de uma nova ordem política, econômica e social, nem ao critério do não menos necessário rigor técnico-jurídico na elaboração das sugestões constitucionais, a partir dessa larga consulta popular."

O jurista diz ainda ao Presidente esperar que, "inspirado pelos mais justos princípios democráticos e guiado pela sua longa experiência de homem público", ele promova a organização de consultas à sociedade no âmbito municipal e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte independente do Congresso, "já no primeiro semestre do ano próximo futuro".

da Assembleia Nacional Constituinte, mas de forma independente do Congresso Nacional".

Fernando Haddad leu ontem, no plenário da Câmara Municipal de São Paulo, a "Carta dos Brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional", redigida pelo jurista Alfredo Telles Júnior, a pedido das entidades que formam o Plenário. A "Carta" denuncia "como ilegítima, a Assembleia Constituinte composta de órgãos já constituídos (a Câmara dos Deputados e o Senado)".

## Não é o que parece

O ministro Fernando Lyra diz que o jurista Fábio Comparato não foi convidado para compor a Comissão de Estudos Constitucionais. O que significou então a divulgação pelo próprio Lyra de uma lista oficial de compo-

nentes da comissão na segunda-feira, onde constava o nome de Comparato? A partir de hoje todos os outros nomes poderão se considerar desconvitados. Pelo menos no que diz respeito aos convites do ministro.